

PARANÁ: MEIO SÉCULO DE URBANIZAÇÃO

Paraná State: half century of urbanization

Rosa MOURA¹

RESUMO

Nas últimas cinco décadas, a crescente urbanização no Estado do Paraná descreveu um arranjo espacial fundamentalmente associado à modernização e reordenamento da base produtiva. Como conseqüente arranjo espacial tem-se a oposição de áreas dinâmicas, com alta densidade de ocupação e atividades, incluindo os principais centros urbanos e seus municípios do entorno; e áreas de esvaziamento, caracterizadas pelos fluxos emigratórios. Um processo de alta seletividade é percebido no comportamento das taxas médias geométricas anuais de crescimento dos municípios, ao longo do período, nos crescentes graus de urbanização, e na configuração espacial resultante do padrão redistributivo. O presente artigo discute os condicionantes e o padrão dessa dinâmica demográfica, as novas espacialidades configuradas, e os efeitos socioespaciais no arranjo territorial e no planejamento e gestão urbana-regional.

Palavras-chave:

Urbanização paranaense, processo de urbanização, aglomerações urbanas, concentração urbana, planejamento urbano, gestão urbano-regional.

ABSTRACT

In the last five decades, the increasing urbanization in the Paraná State has described a spatial arrangement, basically dependent upon the modernization and re-ordering of economic activities. This consequent arrangement opposes areas with high density and dynamism, including the main urban centres, to wide areas with deep out-migration fluxes. A selective process is perceived on the behaviour of the average population growth rate, urbanisation rates and on the spatial configuration resulting from the redistribution pattern. This paper deals with the conditionings and patterns of this demographic dynamic, the new specialities configured, and the social-spatial effects in the territorial arrangement and urban-regional planning and management.

Key-words:

Paraná urbanization, urbanization process, urban agglomeration, urban concentration, urban planning, urban-regional management.

¹ Geógrafa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IparDES. A autora agradece a Stella Maris Gazziero, pelas ilustrações que acompanham este artigo.

PARANÁ: MEIO SÉCULO DE URBANIZAÇÃO

Na segunda metade do século passado, o Paraná sofreu uma das mais drásticas transformações: urbanizou-se rápida e intensamente. Esse processo, que se generaliza pelo planeta, traz em si benefícios e constrangimentos, avanços e precarizações, afetando pessoas, ambiente e estruturas de poder.

Quando se fala no vertiginoso crescimento da urbanização, imediatamente se deve ter claro que esse percurso, da maior incidência da proporção populacional do rural para o urbano, implica não só a dinâmica de organização do espaço e de gestão das cidades – que se adensam e que passam a receber novas, volumosas e distintas demandas – como as condições de vida dos habitantes das cidades. Para estes, os hábitos são sumariamente alterados, muitos dos vínculos relacionais rompidos e os laços de identidade dilacerados, seja pela mudança física de lugar – do rural para o urbano, no caso daqueles que chegam às cidades –, seja pelas alterações provocadas para aqueles, já citadinos, que se vêem diante de um avizinhamento vertiginoso. A cidade e a memória, na volúpia da adaptação para novos usos e funções, tornam-se objetos de movimentos efêmeros e transformadores.

O padrão de produção e consumo que caracteriza o atual estágio de desenvolvimento materializa-se nas cidades. Estas passam a ser o espaço privilegiado das oportunidades – da inovação, do trabalho, da cultura, da política e da riqueza –, já que permitem ampliar a oferta de bens e serviços, cujo acesso é facilitado pelo alto grau de concentração de seus beneficiários. Mas as cidades são também o espaço da carência e da desigualdade na efetivação do direito ao trabalho, à cultura e à participação política, e mesmo aos bens e serviços, exprimindo as causas estruturais da formação econômico-social das nações em que se inserem.

A análise do processo de urbanização paranaense traduz, em números, a quantidade de vidas que foram transformadas e de cidades expandidas ou construídas para abrigar os contingentes que se deslocaram – atraídos pelas perspectivas acenadas pelos setores produtivos urbanos ou involuntariamente destituídos da possibilidade de permanência num campo tecnificado – e a qualidade auferida pelo modo de vida urbano. Ao mesmo tempo, essa análise motiva a reflexão sobre quais alternativas poderiam consolidar espaços sustentáveis e incluídos, e permitir aos cidadãos desfrutar a cidade e participar efetivamente de sua construção.

O PARANÁ EM TRANSIÇÃO

Diferentemente do que ocorreu em países da Europa, o processo de urbanização no Brasil foi marcadamente célere, extenso e profundo, no que se refere a mudanças do ponto de vista demográfico, social e ecológico (FARIA, 1991). Deu-se num período de intenso crescimento populacional, cujo ápice foram os anos 60, quando se agregou ao conjunto da população “cerca de novos cinquenta milhões de habitantes, isto é, um número quase igual à população total do País em 1950” (SANTOS, 1993, p. 20). A partir de então, esse crescimento reforçou suas características concentradoras e passou a distribuir elevados contingentes populacionais em um número reduzido de centros urbanos.

No Paraná, a população também cresceu fortemente no período correspondente. Esses anos constituíram o marco da reestruturação econômica no Estado, com mudanças gerando o esvaziamento de amplas áreas rurais e direcionando o destino migratório para diversos centros urbanos. A base produtiva passou a apresentar progressiva diversificação na agropecuária, com modernização técnica da produção e grande expansão de culturas, o que permitiu a entrada na comercialização de *commodities* e na agroindustrialização. No setor industrial, surgiram ramos modernos na linha metalmeccânica (IPARDES, 2000; IPARDES, 2003).

As atividades do setor primário que, em 1970, respondiam por mais de 40% da renda gerada no Estado, progressivamente passaram a ser superadas pelas do setor secundário, que consolidaram sua participação, atingindo, no ano 2000, metade dessa renda. Nesse ano, o setor primário respondeu por apenas 13,7% do valor adicionado fiscal paranaense. Porém, manteve um papel relevante, dada a dinâmica multiplicadora em toda a cadeia produtiva.

Na indústria, os segmentos modernos da metalmeccânica concentraram-se na Região Metropolitana de Curitiba. O padrão que se delineou após os anos 90, com a incorporação de montadoras estrangeiras, supridores diretos e expansão dos segmentos já instalados, reforçou essa concentração. Já no princípio dos anos 80, essa região estava bem à frente das demais, contribuindo com mais de 1/3! do valor adicionado fiscal total do Paraná. Continuou, numa trajetória crescente, ampliando essa diferença e passando a responder, em 2000, por mais de 45% da renda estadual. Poucas mesorregiões conseguiram obter ou manter pequenos ganhos em sua participação, e as maiores

perdas ocorreram no Norte Central e Noroeste, que nos anos 70 lideraram a economia paranaense.

Tais mudanças na economia, com modificações profundas nas relações de trabalho e na estrutura agrária, resultaram em intensos fluxos migratórios internos e externos às fronteiras estaduais. Embora se constate relativa desaceleração no processo de urbanização do Estado e se verifique que os fluxos migratórios de longa distância cederam lugar a movimentos de proximidade, mantendo-se ainda inconclusos, o intenso ritmo e a horizontalidade com que se realizou esse processo deram a tônica ao movimento de transição das últimas décadas.

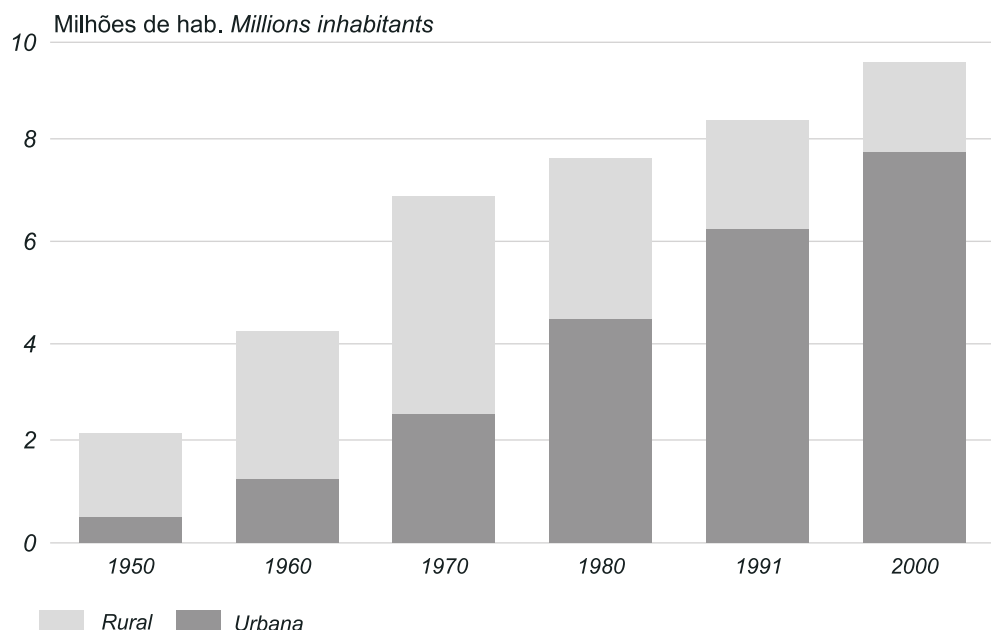
A população do Paraná saltou de pouco mais de 2,1 milhões de habitantes, em 1950, para quase 7 milhões em 1970, com taxas geométricas de crescimento anuais próximas e/ou superiores a 5% ao ano (gráfico 1). A partir de 1970, embora a população tenha permanecido em crescimento, as taxas geométricas sofreram uma inflexão abrupta, mantendo-se, nas duas décadas seguintes, menores que 1% ao ano – revelando que o Estado perdia sua característica de absorvedor de migrantes de outras unidades da federação. Sinais de recuperação tornaram-se visíveis

após 1991, quando a população voltou a crescer à taxa de 1,40% a.a., entre 1991/2000, e o Estado atingiu a cifra elevada de 9,5 milhões de habitantes. Há que se sublinhar, nesse crescimento, que a participação da população urbana no total da população paranaense manteve uma elevação acentuada.

Entre os municípios, esse crescimento populacional se expressou na configuração de espacialidades de concentração e de esvaziamento. Num extremo, criou aglomerações que conjugam municípios cada vez mais populosos, com crescimento elevado (sempre superior ao crescimento médio do Estado) e contínuo (desde os anos 70 e/ou 80). Noutro extremo, um grande número de municípios vem apresentando contínuo decréscimo de população. Entre 1970/1980, 169 municípios paranaenses perderam população; entre 1980/1991, esse número se elevou para 185; e entre 1991/2000 já eram 203 municípios perdendo moradores (IPARDES, 2003).

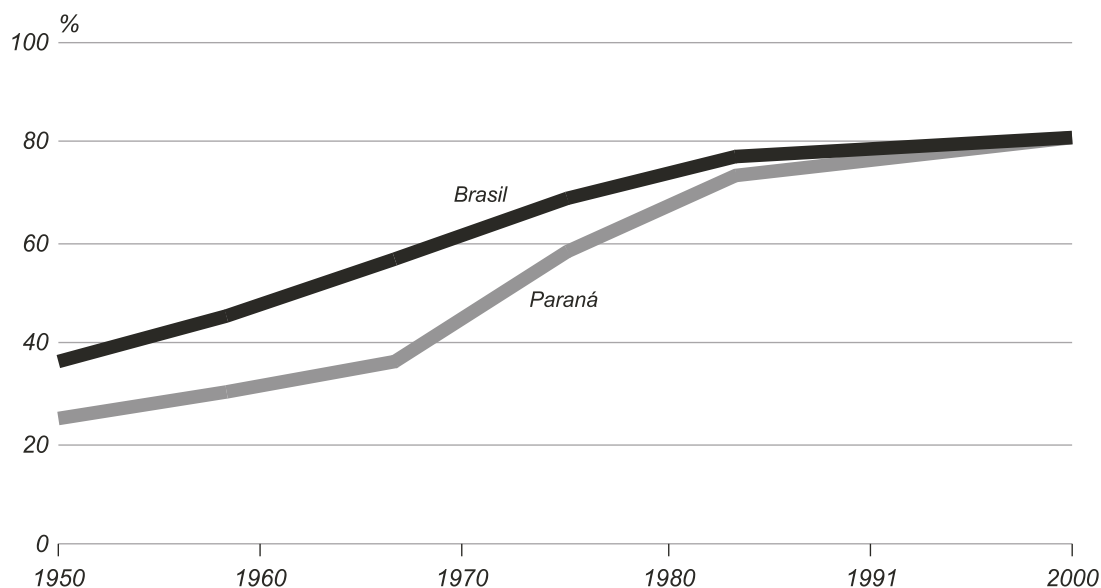
Integrantes de um mesmo processo transformador, o Brasil e o Paraná deixaram para trás uma base populacional tipicamente rural, com proporções de população urbana em torno de apenas ¼ da população total, até os anos 50, para atingir mais de 81% no ano

GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO TOTAL - PARANÁ - 1950/2000. GRAPHIC 1 - TOTAL POPULATION - PARANÁ STATE - 1950/2000



FONTE: IBGE - Censo Demográfico. SOURCE

GRÁFICO 2 - GRAU DE URBANIZAÇÃO - BRASIL E PARANÁ - 1950/2000. GRAPHIC 2 - URBANIZATION DEGREE - BRAZIL AND PARANÁ - 1950/2000



FONTE: IBGE - Censo Demográfico. SOURCE

2000 (gráfico 2). Enquanto no Brasil essa inversão de proporcionalidade se deu continuamente, no Paraná percebe-se forte mudança entre os anos 70 e 90, quando o grau de urbanização saltou de 36% para 78%, prosseguindo em alta até o final do século – números que confirmam um relacionamento intrínseco entre a reestruturação da economia e os movimentos populacionais.

Migrantes oriundos dos campos ou de pequenos municípios deixaram seu modo de vida tipicamente agrário ou pecuário de pequenas vilas para se somarem aos habitantes urbanos na acirrada disputa ao trabalho, bens e serviços, ao acesso ao solo e à cidade. Se nas cidades as contradições sociais já se faziam presentes, a urbanização, em tal intensidade, ampliou as malhas construídas, fazendo surgir novos loteamentos, densificando os bairros existentes, verticalizando edifícios e agudizando os conflitos e a segregação socioespacial, ao criar áreas servidas e equipadas, ao lado de favelas e periferias carentes.

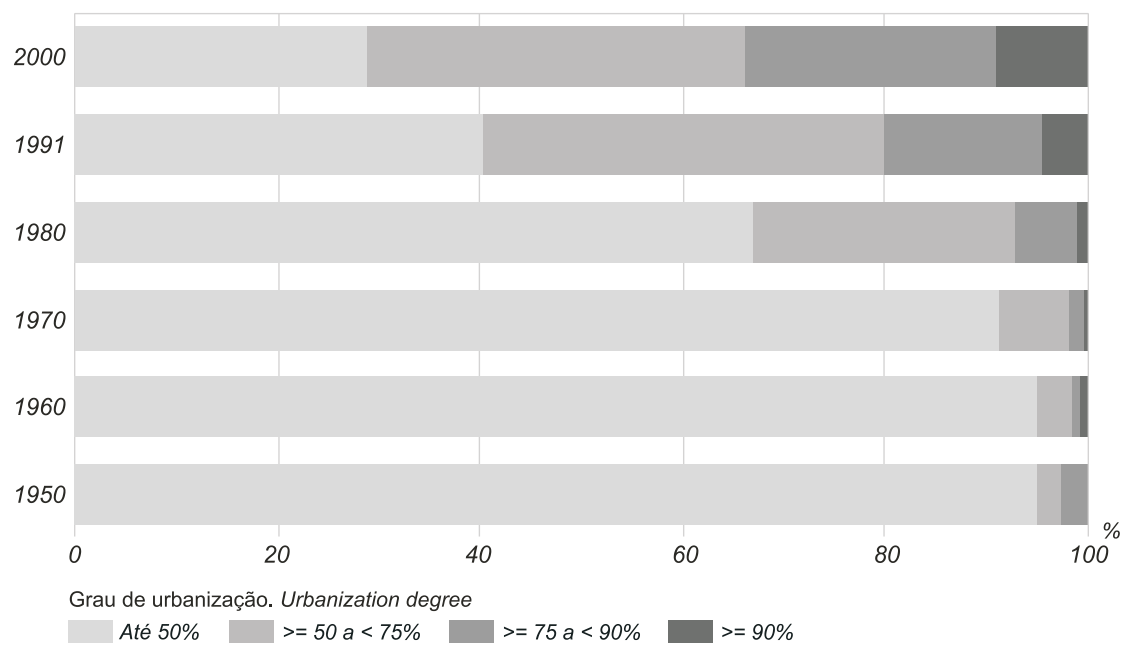
Essa urbanização atingiu horizontalmente os municípios paranaenses. Enquanto nos anos 50 em torno de 95% deles tinham mais de metade da população vivendo em áreas rurais, no ano 2000 isso ocorria em

apenas 29% dos municípios (gráfico 3). Nesse ano, 37% dos municípios apresentaram graus de urbanização entre 50% e 75%, e foi também expressivo o conjunto de municípios na faixa entre 75% e 90% da população vivendo em áreas urbanas.

Em 2000, quase 10% dos municípios já apresentavam grau de urbanização superior a 90%. Se for considerado o grau de urbanização do Paraná, em 2000 (81,4%), 83 municípios superam sua média. Estes correspondem predominantemente aos de maior porte e a alguns de tamanho intermediário, mas avizinados dos grandes centros, ou localizados na faixa litorânea, formando extensões urbanas contínuas (mapa 1).

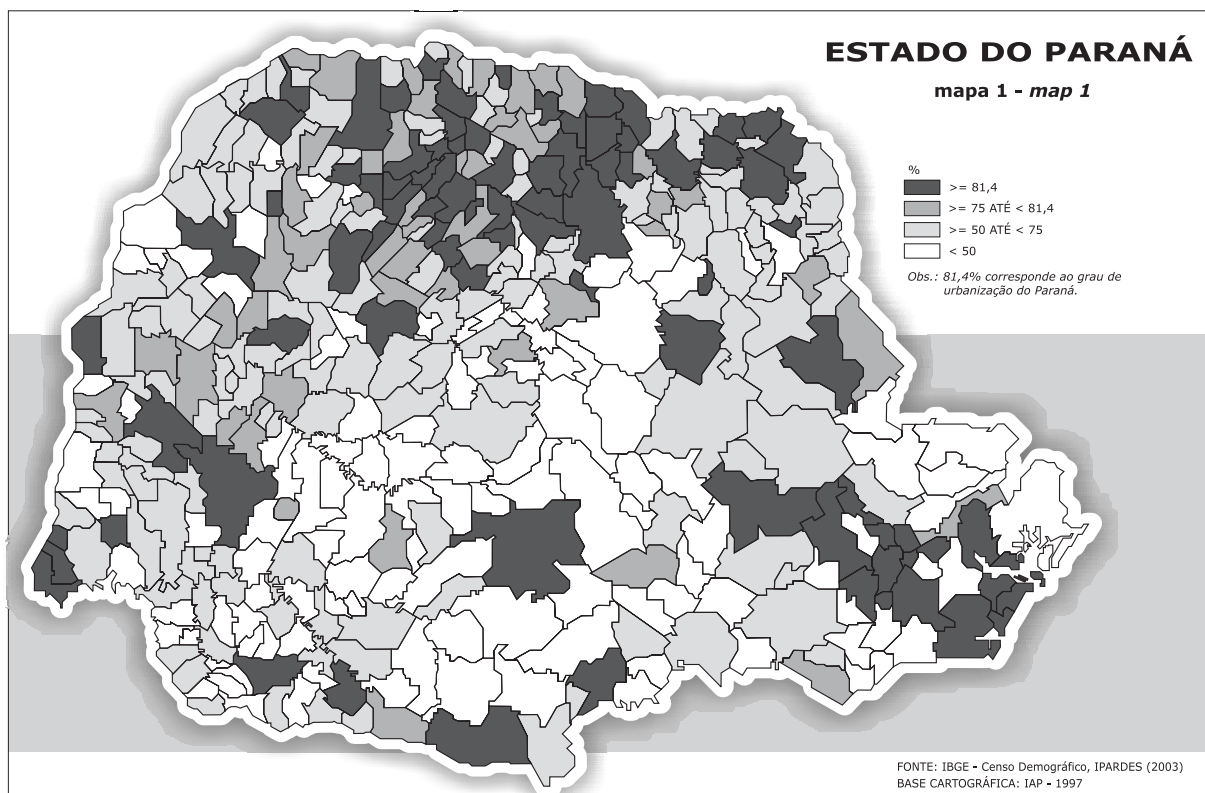
A intensidade desse processo sobrecarregou as estruturas urbanas existentes. Num curto espaço de tempo, as administrações municipais tiveram que se adaptar para responder a demandas ampliadas e modificadas. Em alguns casos, essa adaptação exigiu esforços extremados, como na Região Metropolitana de Curitiba, onde Curitiba esteve próximo de triplicar sua população entre 1970 e 2000, passando a responder por demandas de quase 1 milhão de novos moradores. Seus municípios periféricos também se obrigaram a situações de difícil controle, presenciando um cresci-

GRÁFICO 3 - MUNICÍPIOS POR CLASSE DE URBANIZAÇÃO - PARANÁ - 1950/2000. GRAPHIC 3 - MUNICIPALITIES PER URBANIZATION CLASS



FONTE: IBGE - Censo Demográfico. SOURCE

FIGURA 1 - GRAU DE URBANIZAÇÃO 2000. URBANIZATION DEGREE 2000.



mento de demanda de um conjunto de moradores superior a 870 mil habitantes. Entre eles, a situação mais dramática foi imposta a Colombo, que em três décadas teve o crescimento de uma base populacional de menos de 20 mil habitantes para mais de 180 mil no ano 2000.

No Interior do Estado, as mudanças não foram menos expressivas: Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava, dentre outros, tiveram significativos acréscimos populacionais; porém Foz do Iguaçu apresentou os incrementos mais surpreendentes, saltando de pouco mais de 30 mil habitantes para quase 260 mil em 2000.

A grandeza desses movimentos de população provocou impactos de imediato nas infra-estruturas e nos equipamentos urbanos disponíveis. Nos municípios que cresceram, o processo de ocupação do solo, sob a lógica da mercantilização da terra e da moradia, abriu espaço ao mercado informal da habitação. Favelas, ocupações e loteamentos irregulares adentraram áreas ambientalmente vulneráveis, tornando ainda mais instável a vida das populações obrigadas a essa condição de moradia. A ausência de investimentos maciços em infra-estrutura e serviços urbanos voltados à atenção de demandas da coletividade privou grandes e crescentes contingentes de moradores, de serviços de saneamento básico, saúde, educação e transporte público. E, como mais grave constatação, a incompatibilidade entre oferta de postos de trabalho e demanda por vagas, somada à precarização do emprego, acentuaram a pobreza, reforçaram a insegurança e impuseram, cada vez mais, que o Estado viesse a assumir seu papel de provedor.

Entre os municípios que perderam população, a ociosidade de equipamentos e infra-estrutura não eliminou a desigualdade na atenção às demandas por serviços urbanos. Indicadores sociais apontam para elevadas taxas de carência tanto nos municípios periféricos aos grandes centros urbanos – peculiarizados como cidades-dormitórios –, quanto em municípios com decréscimo populacional, particularmente junto à população rural dos mesmos (IPARDES, 2003).

O resultado do intenso e abrupto processo de urbanização no Paraná é desalentador, revelando que o mesmo não se fez acompanhar por políticas públicas condizentes. A leitura comparativa dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal do ano 2000 (PNUD/IPEA/FJP, 2002) revela que o Estado situava-se numa posição desfavorável perante os demais estados sulinos, concentrando o maior número de municípios com o IDH-M inferior ao estimado para o Brasil. Nesses municípios estava distribuída 33% da população paranaense, enquanto em seus estados vizinhos, não ultrapassava 10% de sua respectiva

população (IPARDES, 2003). No inverso, apenas 36% da população paranaense vivia em municípios com IDH-M considerado alto, enquanto no Rio Grande do Sul essa proporção ultrapassava os 60%, e em Santa Catarina os 70%.

As aglomerações urbanas, que se configuraram no entorno de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu, eram as espacialidades que conjugavam o maior número de municípios com elevado IDH-M, pela sua capacidade de oferecer emprego, renda e serviços de saúde e educação – condições que qualificam o desenvolvimento humano. No entanto, essas espacialidades também concentravam as maiores proporções de populações vulneráveis: 38% das famílias paranaenses com chefes com rendimentos inferiores a 1 salário mínimo ou que não possuíam rendimentos estavam nessas aglomerações, em 2000, assim como 41% dos domicílios sem esgotamento sanitário. Tais indicadores revelam as características contraditórias dessas áreas: ao mesmo tempo em que abrem possibilidades concretas de aprimoramento do padrão do desenvolvimento humano, persistem sob condições de pobreza inaceitáveis (IPARDES, 2003).

CONFIGURAÇÃO DA REDE DE CIDADES

O processo de urbanização paranaense distribuiu 7,7 milhões de habitantes nas áreas urbanas do Estado, com um remanescente de população rural da ordem de 18,6% do total da população em 2000. Se relativamente essa proporção parece pequena, o número absoluto de 1,7 milhão de paranaenses vivendo no meio rural é significativo, evidenciando que as atividades do setor primário ainda exercem um papel absorvedor.

Contudo, são as áreas com maior grau de urbanização que, embora ostentem indicadores sociais de grande desigualdade, respondem pelos indicadores mais expressivos da atividade econômica. Enquanto, nos anos 70, os pólos regionais detinham maior participação na renda do Estado, ao longo dos anos aliaram-se a esses outros municípios de suas aglomerações.

Em 2000, a participação no total do valor adicionado fiscal paranaense destacava Curitiba como o município mais concentrador, respondendo por 19,9% desse total (IPARDES, 2002). Era seguido por Araucária e São José dos Pinhais, em sua área metropolitana (com respectivamente 11% e 5,4%), e Foz do Iguaçu (5,7%). Com participação entre 2% e 5% encontravam-se Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel e Pinhais – este também na área metropolitana de Curitiba –; e entre 1% e 2%, Paranaguá, Guarapuava, Toledo e Telêmaco

Borba, confirmando a concentração da atividade econômica nas espacialidades mais urbanizadas do Estado. Esse conjunto totalizava 62,4% do valor adicionado fiscal do Paraná no ano 2000.

O mesmo padrão concentrador da riqueza se expressa na configuração da rede de cidades. Até a década de 70, o crescimento dos municípios paranaenses estava associado às possibilidades de sustentação das próprias áreas rurais. Com a modernização da agropecuária e o incremento da atividade industrial, entre 1970 e 1980, os municípios passaram a formar áreas de forte evasão, principalmente nas porções norte e noroeste do Estado. Em contrapartida, focos concentradores já estavam se definindo: além da área metropolitana de Curitiba, emergiam os núcleos de Londrina e Maringá e se afirmavam centralidades nas várias regiões.

Em 1950, apenas Curitiba contava com mais de 50 mil habitantes em sua área urbana, e essa população correspondia a pouco mais de 8% da população urbana do Paraná. Em 1970, o Estado já possuía cinco centros com população urbana superior a 50 mil habitantes, geograficamente desenhando uma rede relativamente distribuída, estruturada nos pólos regionais (MOURA e MAGALHÃES, 1996). Esses concentravam 40,5% da

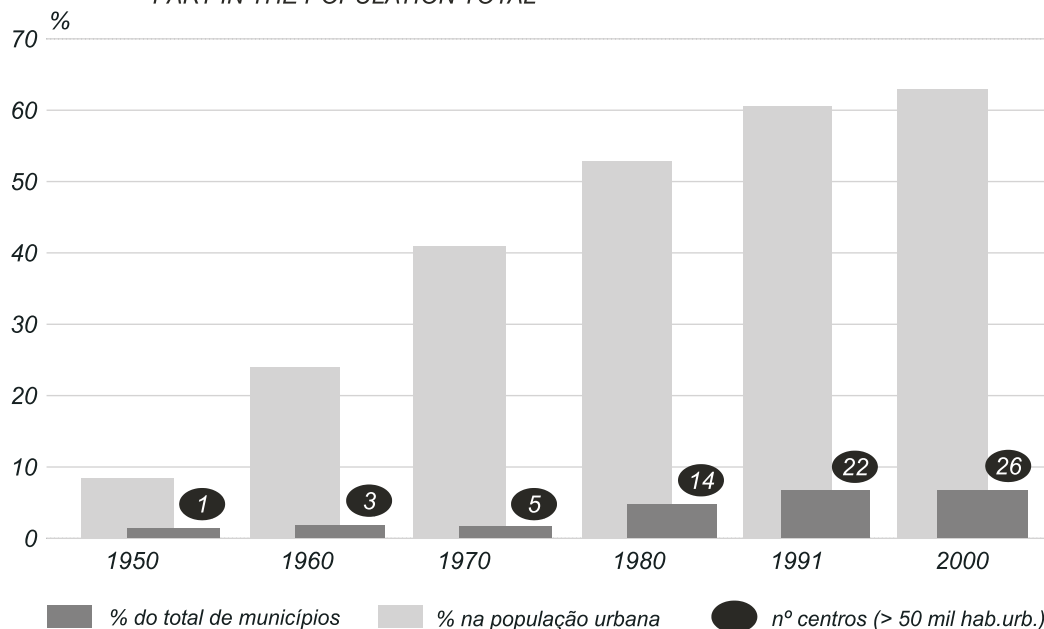
população urbana do Estado, em 1,7% dos seus municípios (gráfico 4).

Dos centros de então, Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa se mantiveram como os quatro municípios do Paraná com maior número de habitantes na área urbana. Paranaguá sofreu o declínio de sua posição nesse *ranking*, cedendo lugar para outros centros regionais, como Foz do Iguaçu, Cascavel e Guarapuava, e mesmo municípios do entorno metropolitano de Curitiba, como São José dos Pinhais e Colombo (mapa 2).

Nos anos 80, outros nove centros passaram a apresentar população urbana superior a 50 mil habitantes, aglutinando-se no entorno dos pólos tradicionais, consolidando as aglomerações urbanas anunciadas na década anterior e insinuando novas, como as de Cascavel/Toledo e Foz do Iguaçu. Já se verificava, nessa época, um crescimento bastante intenso nos municípios litorâneos e fronteiriços.

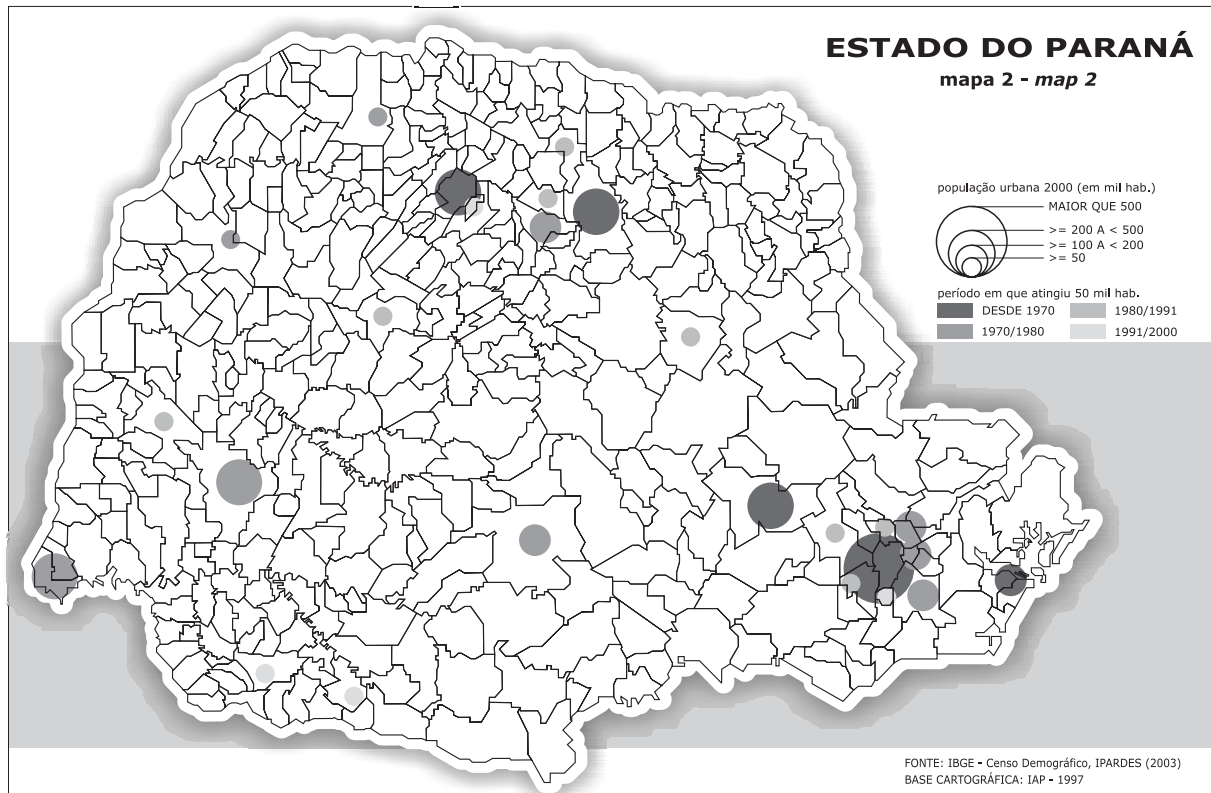
Os anos 90 apontaram para a continuidade do esvaziamento rural e da concentração urbana. As aglomerações se reforçaram com crescimento elevado dos municípios periféricos e pequena redução do crescimento da população dos pólos. Além da expansão da área de ocupação contínua a Curitiba, ocorreu uma

GRÁFICO 4 - CENTROS URBANOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES, PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO URBANA E NO TOTAL DE MUNICÍPIOS - PARANÁ - 1950/2000.
GRAPHIC 4 - URBAN CENTERS - MORE THAN 50 THOUSAND INHABITANTS, TAKING PART IN THE POPULATION TOTAL



FONTE: IBGE - Censo Demográfico. SOURCE

FIGURA 2 - CENTROS URBANOS COM MAIS DE 50 MIL HABITANTES 1970 A 2000. URBAN CENTERS MORE THAN 50 THOUSAND INHABITANTS



articulação espacial entre as aglomerações do norte do Paraná (Londrina e Maringá), inserindo-as numa dinâmica comum (IPARDES, 2000). Em 1991, 22 centros apresentavam população urbana superior a 50 mil habitantes, compondo extensões de alta densidade e sujeitas aos efeitos socioespaciais do crescimento. No ano 2000, chegaram a um total de 26 centros, abrigando 63% da população do Estado, em 6,5% dos municípios.

Essa rede urbana, que vem se consolidando ao longo dos anos, adquiriu uma complexa feição, já que passou a articular-se a partir de aglomerações. Mesmo assim, o arranjo espacial e a diversidade funcional, ao longo das décadas, reforçaram também a importância de alguns centros isolados, correspondendo exatamente aos pólos e subpólos regionais do Interior, demarcando as rotas das principais rodovias paranaenses.

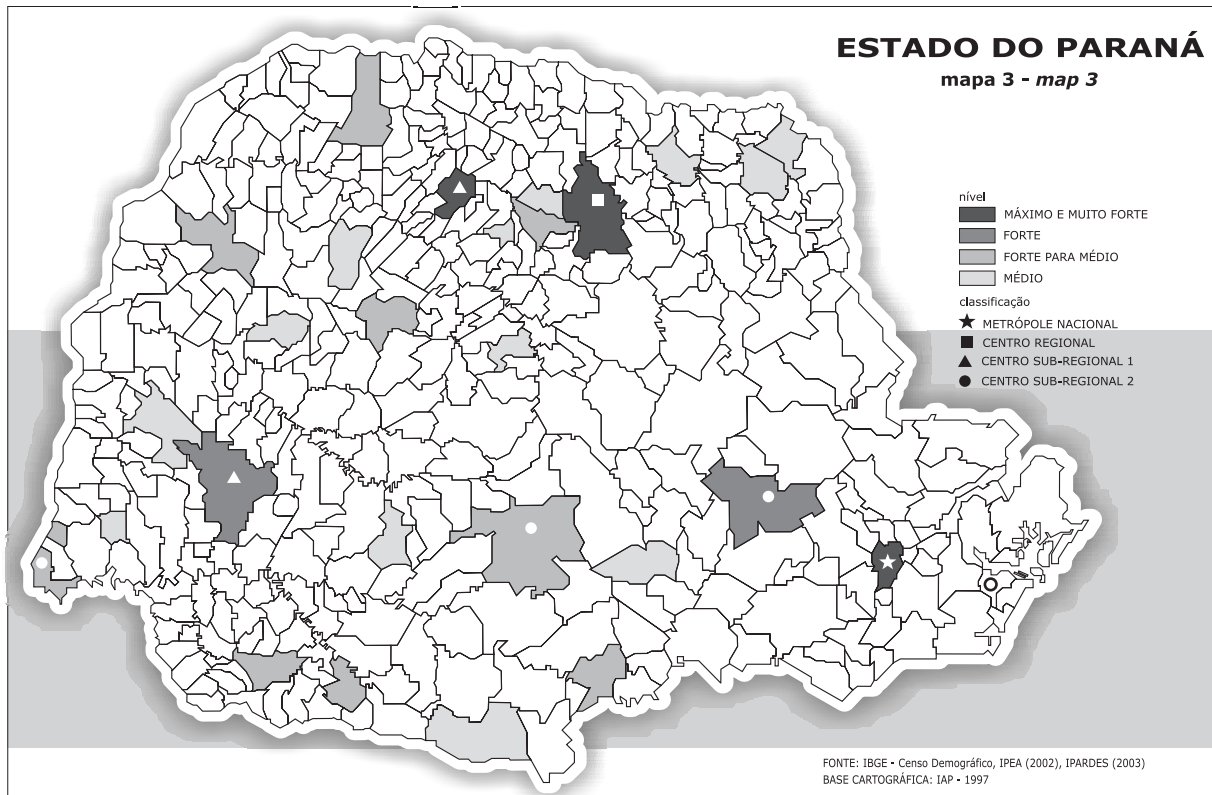
Considerando a hierarquia definida por estudo do IBGE (2000) – organizada em oito classes de centros, estabelecidas por níveis de centralidade medidos pelo desempenho de funções urbanas –, tinha-se, nos anos 90, Curitiba em destaque como nível “máximo” de centralidade no conjunto de cidades do Paraná, ou seja, como o principal pólo de irradiação de uma ampla gama de serviços que atendem a um também amplo conjunto

de municípios (mapa 3). Era seguida por Londrina e Maringá, com níveis “muito forte”, e por Ponta Grossa e Cascavel, com níveis “forte”. Entre os demais municípios, 12 eram considerados com nível de centralidade “fraco”, e 346 com nível “muito fraco”, significando relativa dependência de pólos regionais e sub-regionais para a atenção de suas demandas por bens e serviços intermediários e complexos (MOURA e WERNECK, 2001).

A análise da abrangência da polarização, com base nesse estudo, mostra o significativo alcance de Curitiba no território da Região Sul, sendo considerada pólo de um dos 12 sistemas urbanos identificados no Brasil e classificada como “metrópole nacional”, juntamente com apenas mais sete capitais de estados (IPEA, 2002). Além de polarizar toda a rede urbana paranaense, a abrangência de sua polarização transcende o Paraná, dando cobertura a municípios do Mato Grosso do Sul e de São Paulo, e à quase totalidade da rede de cidades catarinenses. Divide com Porto Alegre – outro dos 12 pólos de sistemas urbano-regionais do Brasil – apenas a influência sobre a região de Chapecó (IBGE, 2000).

Além do destaque auferido por Curitiba na rede de cidades brasileiras, Londrina foi classificada como

FIGURA 3 - NÍVEIS DE CENTRALIDADE E CLASSIFICAÇÃO DOS CENTROS NA REDE URBANA DO BRASIL. LEVELS OF CENTRALITY AND CENTER CLASSIFICATION IN BRAZILIAN URBAN NETWORK



“centro regional” – posição também conquistada apenas por Florianópolis, na Região Sul –, Maringá e Cascavel como “centros sub-regionais 1”, e Foz do Iguaçu, Guarapuava, Paranaguá e Ponta Grossa como “centros sub-regionais 2” (IPEA, 2002).

URBANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE GLOMERADOS URBANOS

O padrão de urbanização brasileiro, inserido nele o paranaense, confirma tendências ensaiadas no início da década de 90. Para FARIA (1991, p. 118), que previa “uma rede urbana densa e variada de aglomerações”, focada em “duas dezenas de centros de grande porte”, a realidade brasileira foi além e confirmou um conjunto de 49 aglomerações urbanas, sendo 12 polarizadas por metrópoles (IPEA, 2002).

Esse cenário é captado por SANTOS (1993), que em sua análise reiterava a tendência à aceleração do fenômeno da urbanização e discutia a questão relativa à “desmetropolização”, em pauta no início dessa década, mostrando que, longe de representar uma reprodução do fenômeno da “desurbanização” encontrado em países

do primeiro mundo, aqui o que “se está verificando é a expansão da metropolização e, paralelamente, a chegada de novas aglomerações” (SANTOS, 1993, p. 83), cuja principal característica é o desvanecimento da fronteira entre os municípios.

Esse fato se confirmou nacionalmente e particularmente no Paraná. Curitiba e sua área metropolitana, de 1970 para 1991, apresentaram um crescimento da população de 869,8 mil para mais de 2 milhões de habitantes, concentrando, respectivamente nesses anos, 12,5% e 23,7% da população do Estado nos 26 municípios que constituem atualmente a região metropolitana oficialmente instituída. Em 2000, essa região superou os 2,7 milhões de habitantes, passando a responder por 29% da população paranaense.

Na década de 70, Curitiba superou a casa de 1 milhão de habitantes, distinguindo-se das demais cidades do Estado. Sua ocupação transcendeu os limites territoriais do município, ainda nessa década, extravasando-se por sobre seus municípios vizinhos, passando a constituir uma única cidade.

Diferentemente de outras regiões metropolitanas, o arrefecimento insinuado quanto ao crescimento das metrópoles, durante os anos 80, não se confirmou nos

anos 90, e a região de Curitiba, com taxa de crescimento populacional superior a 3% a.a., entre 1991/2000, ainda maior que a da década anterior (2,9% a.a.), segue sendo uma das regiões metropolitanas com o mais expressivo crescimento no Brasil.

Ao mesmo tempo em que a Região Metropolitana de Curitiba confirmou-se como a área de maior concentração no Paraná, o Norte Central paranaense transformou-se em um complexo urbano de forte dinamicidade e nítidas relações extra-estaduais, englobando duas aglomerações urbanas: a de Londrina, que articula mais sete municípios vizinhos ao pólo, e a de Maringá, que articula mais três (IPARDES, 2000), num conjunto de centralidades expressivas, compondo um extenso eixo concentrador de atividades e de população urbana. O Oeste também passou a configurar um complexo urbano, articulando as aglomerações polarizadas por Cascavel, que reúne mais cinco municípios, e Foz do Iguaçu, que se manifesta como uma espacialidade complexa internacional, desenvolvendo estreitas relações com as cidades vizinhas de Puerto Iguazu, na Argentina, e Ciudad del Este, no Paraguai. Ponta Grossa demonstra evidências de que tende para uma configuração similar, e os balneários da faixa litorânea reproduzem fenômeno perceptível nacionalmente, articulando em uma ocupação contínua municípios dentre aqueles com as maiores taxas de crescimento do Estado.

Essas aglomerações se reforçam, não apenas com o crescimento extremamente elevado dos municípios, particularmente os periféricos aos pólos, como também pelos crescentes e diversos nexos entre aglomerações vizinhas e extra-estaduais. Porém, a despeito da dinâmica econômica e populacional, tais aglomerações também revelam escassez, o que faz com que a urbanização paranaense materialize a forte associação do urbano não somente à modernidade, mas à pobreza, à “involução da qualidade de vida” (SANTOS, 1993).

A origem dessa associação remonta ao próprio processo de modernização nacional com inserção da economia no cenário industrial, que provocou, de forma concentrada, profundas mudanças na estrutura social, econômica e ambiental do País. SINGER (1985) comparou o processo de modernização de países desenvolvidos e subdesenvolvidos mostrando que, nos primeiros, o ritmo das mudanças tecnológicas fez com que as inovações “amadurecessem”, tornando seus efeitos absorvidos paulatinamente pela sociedade, integrando à economia de mercado todo o conjunto da população. Nos países subdesenvolvidos, ramos de produção inteiros foram implantados de uma só vez, submetendo a estrutura econômica a choques muito

profundos. Grande parte da população, que se encontrava na economia de subsistência, perdeu a opção de permanência, passando a intensificar o êxodo rural.

A chegada de fluxos de populações vulneráveis aos centros imediatos e/ou distantes não provocou elevação da demanda pelo produto da economia urbana, e sim um efeito depressivo pela sua não inserção no mercado, dentre outros fatores. Ainda segundo SINGER (1985), em decorrência das transformações tecnológicas, regiões favorecidas não cessaram de acumular vantagens, porém os efeitos da difusão do progresso se fizeram sentir num âmbito territorial relativamente acanhado. “A população de áreas desfavorecidas sofre, em consequência, um empobrecimento relativo: o arranjo institucional faz com que participem do processo de acumulação sem que possam beneficiar-se dos seus frutos” (SINGER, 1985, p.38). Na mesma linha de reflexão, SANTOS (1993, p.10) observa que, se por um lado, “o campo moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalista vivem cada vez mais nos espaços urbanos”, por outro, a cidade os absorve, mas não evita os níveis crescentes de segmentação social e espacial.

Nas aglomerações, a concentração da renda e o aumento das demandas por moradia, reguladas pelo mercado imobiliário, intensificaram o processo segregador e excludente da ocupação do espaço urbano, mesmo que, cada vez mais, as áreas nobres e as periferias pobres fisicamente se aproximem. Uma segregação pautada na valorização do solo, como reflexo de investimentos modernizadores que definem nítida seletividade do mercado fundiário no acesso e localização da ocupação.

A retração na oferta de moradias populares vem intensificando a favelização e os processos de ocupação irregular nas mais diversas áreas das cidades, sejam públicas ou privadas, ambientalmente vulneráveis ou precárias, carentes de infra-estrutura e com limitações na oferta de serviços sociais essenciais. Ao mesmo tempo, fizeram-se contínuos os deslocamentos dos segmentos de renda média, e mesmo alta, para condomínios de luxo, e de atividades comerciais de grande porte, como *shoppings* e supermercados, nas áreas periféricas, que passaram a funcionar como enclaves fortificados, concorrendo em termos de localização com ocupações precárias. Como impulsionaram um efeito de valorização do solo, provocaram a expansão das ocupações pobres para regiões ainda mais longínquas, num processo de periferização crescente, ou o adensamento indiscriminado de áreas impróprias, portanto desvalorizadas.

Além da aparente “desorganização” na ocupação e nos usos do solo urbano, os espaços públicos das cidades, que favoreciam a socialização e a difusão do modo de vida urbano, possibilitando a participação e o debate na consolidação da *polis*, foram sendo privatizados, eliminando a possibilidade do encontro e da verdadeira construção política.

Os investimentos em infra-estrutura e serviços também relegaram as prioridades sociais, voltando-se a reorganizar as cidades para adequá-las às exigências urbanas de grandes projetos e então qualificá-las para concorrer na atração de atividades econômicas decorrentes dos novos circuitos de produção. Ademais, vêm beneficiando apenas poucos centros, aqueles que ofereceram melhores vantagens comparativas, aprofundando o desnível na capacidade financeira entre os municípios, criando dificuldades, particularmente nas aglomerações, em atender às demandas sociais agudizadas pelo afluxo populacional.

Percebe-se, como tendência, que a produtividade e o desempenho econômico seguirão favorecidos pela concentração urbana, seja porque ela garante a eficiência do sistema econômico, seja porque nela se intensificam a criatividade, a aprendizagem, a inovação e amplas possibilidades de articulação entre governo e sociedade (SCOTT et al., 2001). Assim, as aglomerações e os grandes centros urbanos seguirão desempenhando o papel de motores da base econômica, constituindo cidades que se conformam sobre um mosaico de municipalidades autônomas – portanto de complexa administração – e, mantidas as condições atuais, tendo acentuadas as suas contradições socioambientais. Como em toda a rede urbana brasileira, a despeito da escala, esses espaços apresentam, além dos problemas intra-urbanos, sérias dificuldades de articulação intermunicipal, que afetam sua sustentabilidade e os tornam ainda mais excludentes.

Ao se referir ao adensamento e diversificação da rede urbana, contrapondo “economias de aglomeração” às “deseconomias de aglomeração”, FARIA (1991) apontava para a exigência de grandes investimentos em infra-estrutura, e para a problemática relacionada aos serviços de saneamento, à poluição ambiental, e ao crescimento das demandas por moradia e transporte coletivo – todas funções públicas de interesse comum a mais de um município, exigindo, pois, empenho articulado para sua gestão.

Alertava, também, quanto a “obsolescências das atividades urbanas, do espaço construído e de sua renovação” (FARIA, 1991, p. 118), com ênfase aos espaços industriais, o que acarretaria o deslocamento espacial de atividades para áreas não integradas ao

centro dinâmico do sistema urbano, portanto para a expansão física da abrangência das aglomerações urbanas.

A confirmação de tais tendências conduz à conclusão de que as cidades e seus espaços de aglomeração têm grandes desafios a perseguir para que atinjam um desenvolvimento que se possa pretender sustentável e com justiça social.

URBANO: UM CAMINHO SEM VOLTA

Nesses 50 anos que fecharam o século anterior, o Paraná e sua população reuniram muitas histórias para contar. Pessoais ou coletivas, saudosas ou de êxtase. Em todas, o urbano fez parte do roteiro, seja enquanto sonho, realidade ou até temor. A certeza de que o urbano é irreversível também se tornou verdade nesta metade de século, mas se construiu, ao mesmo tempo, a confirmação de que suas mazelas podem ser enfrentadas.

Em seu estudo sobre a urbanização brasileira, SANTOS (1993) descreveu um processo no qual o Brasil se transforma de um país agrário em um país com uma urbanização generalizada, no qual a “residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana” (p. 9) – descrição que se ajusta perfeitamente ao cenário paranaense. Enfatizou o fim da separação tradicional entre o rural e o urbano, na medida em que ocorre no país uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas), o que resultaria em “áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e (...) áreas rurais adaptadas às demandas urbanas” (p. 65).

Como reflexo da modernização nas estruturas urbanas, estaríamos, assim, “deixando a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território” (SANTOS, 1993, p. 125). Nessa fase, a cidade torna-se “o *locus* da regulação do que se faz no campo” (p. 52). Um verdadeiro “teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções” (p. 11).

A importância do urbano transcende, assim, o fato de ser o solo de mais de 80% da população brasileira e da paranaense. Nesse mesmo solo, desencadeiam-se os enfrentamentos entre uma miríade de segmentos sociais, entre distintas intencionalidades econômicas e entre posturas políticas divergentes. No resultado de seus embates e nas articulações decorrentes é que o espaço urbano vai sendo produzido e, ao mesmo tempo, participando da produção do espaço como um todo.

Se as cidades são o *locus* da contradição, e os problemas que as acometem constroem um cenário

de caos e incerteza, é importante sublinhar que elas são também o lugar onde as “possibilidades se potencializam, tanto pela criatividade nas iniciativas que proliferam, como pela ativa participação política – sobretudo com a democracia reconquistada”. Mas, há muito a ser feito. “Não é mais aceitável que os problemas sejam vistos como derivados do lado pobre e favelado, onde vive a maioria da população. A criação de zonas de miséria e pobreza é a contrapartida da lógica que cria zonas ricas e privilegiadas, bem como o fosso que as separa.” (GRZYBOWSKI, 2003, p. 1)

A cidade carece de ousadia nas propostas e determinação política na definição e implementação de planos, recursos e regulamentos, assim como na atuação cotidiana de cada cidadão. Mas, no simples curso de seu próprio destino, ela jamais protagonizará a inclusão social. Uma gestão democrática é condição

sine qua non para que se garanta o direito à cidade a uma grande massa de excluídos urbanos.

Para garantir um futuro incluyente das cidades, um projeto de desenvolvimento terá que considerar os efeitos do crescimento, contemplando a legitimidade de diferentes culturas que coexistem num mesmo espaço e tempo, e a necessidade de respeito aos limites do ambiente natural.

Avançar em direção à sustentabilidade urbana pressupõe o compromisso com uma nova ética social que se fundamente na valorização do cidadão, no desenvolvimento humano e no respeito à diversidade cultural. Desta perspectiva, governos e sociedade civil desempenharão um importante papel no processo de construção de cidades ambientalmente sustentáveis e socialmente justas. (GRIMBERG, 1994, p. 7 e p. 11)

Esse é o desafio posto ao Paraná e aos paranaenses neste século que já teve início.

REFERÊNCIAS

- FARIA, V. E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. Tendências e perspectivas. *Novos Estudos*, São Paulo: Cebrap, n.29, p.98-119, mar. 1991.
- GRIMBERG, E. Meio ambiente e cidades: um futuro sustentável. *O futuro das cidades*. São Paulo: Polis, 1994. Publicações Polis, 16.
- GRZYBOWSKI, C. *Democracia Viva.*, Rio de Janeiro: Ibase, n.18, set./out. 2003. Editorial Especial Cidades.
- IBGE. *Região de influência das cidades - 1993*. Rio de Janeiro, 2000.
- IPARDES. *Paraná. Diagnóstico social e econômico*. Curitiba, 2003. 1 CD-ROM.
- _____. *Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional*. Curitiba, 2002. 1 CD-Rom.
- _____. *Redes urbanas regionais: Sul*. Brasília: IPEA, 2000. Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, Convênio IPEA, IBGE, Unicamp/IE/Nesur, 2000.
- IPEA. *Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil*. Brasília: IPEA, 2002. Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Convênio IPEA, IBGE, Unicamp/IE/Nesur, 2002.
- MOURA, R.; MAGALHÃES, M. V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: Iparde, n. 88, p. 3-22, maio/ago. 1996.
- MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. *Revista Paranaense*, Curitiba: Iparde, n. 100, jan./jun. 2001, p. 25-56.
- PNUD/IPEA/FJP. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Disponível em: <www.pnud.org.br> Acesso em: dez. 2003.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SCOTT, A. J.; AGNEW, J.; SOJA, E. W.; STORPER, M. Cidades-regiões globais. *Espaço e Debates*, n. 41, p. 11-25, 2001.
- SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.